



## **O ATROPELAMENTO DO DIREITO À CIDADE:**

**Estudo de caso dos ataques terroristas em Nice e Berlim em 2016 <sup>1</sup>**

## **EL PISOTEO DEL DERECHO A LA CIUDAD:**

**Estudio de caso de los ataques terroristas en Nice y Berlín en 2016**

**Simone Antoniaci Tuzzo<sup>2</sup>**  
**Priscilla Guerra Guimarães Bernardes<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho parte de uma leitura crítica da mídia referente aos ataques terroristas praticados no território europeu no ano de 2016. O intuito é empreender uma reflexão sobre os novos contornos da globalização mundial e sobre os desafios em delinear uma cidadania plena mediante um cenário de diásporas por todos os lados, pelo entrecruzamento de culturas e religiões e pela ameaça a segurança dos cidadãos nos locais alvo, que perdem seu direito de ir e vir, e assim, a possibilidade de se apropriarem de seu espaço urbano.

**Palavras-Chave:** Cidadania. Ataque terrorista. Segurança Pública, Xenofobia.

### **Introdução**

A expressão cidadania está diretamente relacionada à ideia de cidade, de um núcleo urbano, de uma comunidade politicamente organizada. A palavra tem origem no latim e refere-se ao indivíduo que habita a cidade (*civitas*). Então, etimologicamente poderíamos dizer que cidadão é aquele que habita a cidade. Ainda na etimologia, o termo *civitas* tem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT2 - Grupo de Trabalho Leitura Crítica da Mídia do Seminário Alaic Cone Sul Goiânia 2017.

<sup>2</sup> Simone Antoniaci Tuzzo é Professora Efetiva do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás – FIC-UFG. Pós-Doutora e Doutora em Comunicação pela UFRJ, Mestre e Graduada em Comunicação pela UESP, Coordenadora do Laboratório de Leitura Crítica da UFG. E-Mail: simonetuzzo@hotmail.

<sup>3</sup> Priscilla Guerra Guimarães Bernardes é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás – UFG - Brasil. Especialista em Marketing e Comunicação Digital pela Faculdade Cambury. Graduada em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO. Pesquisadora do Laboratório de Leitura Crítica da UFG. E-mail: priscillaguerra@hotmail.com



origem na palavra *cius* que quer dizer liberdade, especialmente devido às classificações greco-romanas a respeito dos cidadãos contemplados pelos direitos das cidades serem chamado de homens livres. (GORZEVSKI; MARTIN, 2011)

Autores como Tuzzo (2014), Morgado (2005) e Marshall (1967) argumentam que além da noção de pertencimento, o habitar da cidade está vinculado com os direitos que se tem dentro desse espaço, entre eles a liberdade individual de ir e vir e o próprio resguardo da propriedade privada e a segurança de cada cidadão. Este direito à segurança, subscrito em quase todas as constituições civis ocidentais, costuma ser bastante negligenciado, ainda que esteja previsto nas leis, em especial nos países subdesenvolvidos onde a desigualdade social propicia altos índices de violência urbana.

Contudo, os ditos países desenvolvidos também passaram nos últimos anos a sofrer transgressões a este direito, não por ingerência do Estado e pela inclinação social das classes mais baixas ao cometimento de crimes, mas pela tensão político-religiosa que acirra conflitos entre culturas e que motiva radicais a atacarem a sociedade de determinados locais, no intuito de pressionar as autoridades daquele local, de incitar a mídia e de reafirmar sua existência perante o mundo. São os ditos ataques terroristas que se utilizam de armas de fogo, bombas, aviões e até veículos automobilísticos para ferir e matar civis de determinada nação considerada inimiga pelos praticantes.

Tais ataques se tornaram mais recorrentes depois de 2001 quando organizações terroristas arremessaram aviões em alvos norte-americanos. Deste então, Al Qaeda, Hezbollah e Estado Islâmico são as organizações que mais assumiram ataques.

Em 2016, o Estado Islâmico foi responsável por duas ofensivas no território europeu: uma na cidade de Nice durante as comemorações do Dia da Bastilha (14 de julho), com saldo de 88 mortos e 18 feridos por um caminhão que investiu em civis que celebravam numa das principais ruas da cidade durante o feriado; a outra, em Berlim, quando outro caminhão atropelou dezenas de pessoas durante uma feira natalina, deixando ao menos 9 mortos. (G1, 2016; UOL, 2016)

Em ambos os casos chama atenção o uso de um instrumento inesperado para matar:



um caminhão portando um indivíduo com absoluta convicção em assassinar o maior número de pessoas possível. Este trabalho propõe uma reflexão sobre a sensação de medo e insegurança propagados por estes dois eventos, que tolhem os cidadãos de se apropriarem da cidade à qual fazem parte e ainda fomentam uma exacerbada xenofobia e o ódio entre culturas.

### **Cidadania, liderança de opinião e a segurança como primeiro direito**

Gorzevski e Martin (2011) contam que a cidadania e a opinião pública foram geradas na pré-história muito antes da consolidação das sociedades políticas greco-romanas, quando essas palavras de fato ganham uma conotação específica e prática. Segundo os autores, nos tempos primitivos a união entre seres humanos se dava em grupos menores, os chamadas clãs ou tribos, onde havia uma simplória divisão de tarefas, e assim de hierarquias.

Inicialmente, os indivíduos se uniam por questões físicas como proteção e reprodução, à medida que o tempo passa, começam a desenvolver estratégias de sentido coletivo, especialmente para que pudessem nortear os clãs em suas rotas nômades. Neste momento, homem primitivo identificou na criação de vínculos com seus semelhantes, uma forma de otimizar sua sobrevivência deixando-a mais segura e produtiva e de modo concomitante se percebe a apropriação da liderança por indivíduos específicos, que passam a influenciar os demais e a exercer poder e controle. (GORZEVISCKI; MARTIN, 2011)

Ainda segundo os autores, a liderança dos grupos ficava em cargo do líder mais proeminente fisicamente, com maiores dotes de proteger seus semelhantes de ataques de animais e de invasões de grupos rivais. Essa normativa era efetiva mesmo antes do surgimento da fala e da escrita, e por isso, é correto afirmar que foi a habilidade em proteger os demais a primeira marca do líder social.

Partindo disso, é possível também afirmar que a própria fabricação do Estado dentro das sociedades se pautou pela garantia de segurança, assegurada pelos líderes locais e fomentada especialmente pelo monopólio de armas que foram elaboradas e mantidas em



poder daqueles com melhores capacidades de utilizá-las em prol do bem comum. A seguir, tem-se a elaboração das leis e códigos que serviam para conduzir o cenário social e guiar os cidadãos conforme as condutas adequadas e civilizadas para cada território. A punição para os que infringissem a lei era também tarefa imputada a indivíduos cujas características transmitiam segurança e credibilidade aos demais. (PINSKY; PINSKY, 2008)

A segurança, portanto, foi um dos primeiros direitos garantidos pela constituição das sociedades, sendo inclusive uma justificativa para a aglomeração de sujeitos num mesmo território. Marshall (1967) ainda elenca a segurança como um direito civil fundamental concedido a todas as pessoas que partilham um mesmo meio ou comunidade, abrangendo o direito de ir e vir, de utilizar o espaço público e de ter sua propriedade assegurada.

Ao longo dos anos, os estados nações se modificaram e fundamentaram expressões culturais distintas entre si, entretanto, todos eles baseados em suas leis e regulamentos e nas premissas de cidadania oferecidas aos cidadãos que dividem seus espaços. Em muitos desses países, as discrepâncias socioeconômicas embrionaram problemáticas graves que colocavam em risco a segurança dos moradores das cidades. A falta de acesso aos recursos e direitos motiva, nestes locais, o cometimento de crimes violentos que em diversos casos culmina em índices de mortalidade crescentes nestas regiões. A segurança nestes espaços passa a ser 'vendida' para os que podem por ela pagar, uma vez que o próprio Estado perde o controle dessas infrações e torna-se incapaz de garantir segurança aos cidadãos.

Já os países com melhores condições socioeconômicas costumam apresentar dados bastante positivos em relação à segurança pública. É o caso dos países europeus que em sua maioria estrelam os bons indicadores de violência remota no mundo ao contrário da América Latina (EXAME, 2015).

Esses países, por sua vez, por justamente oferecerem boas condições para seus cidadãos atraíram desde sempre um número maior de imigrantes. Nos últimos anos, com o acirramento de conflitos nos países orientais isso se ampliou ainda mais, e o número de imigrantes vem atingindo números cada vez maiores de transeuntes especialmente vindos de regiões de tradição islâmica. A França, por exemplo, já abriga a maior população muçulmana



da Europa, e por sua vez sofre há algum tempo atos de terrorismo em seu território. Só em 2015 foram pelo menos 10 investidas terroristas com suporte de armas de fogo, incluindo o ataque ao jornal francês Charlie Hebdo e Bataclan.

Em 2016, na cidade de Nice, uma novidade nos ataques: não havia armas de fogo, mas um caminhão atropelando pessoas em alta velocidade durante um evento civil de celebração tradicional francesa. Algo ainda mais letal e imprevisível que incitou ainda mais a sensação de medo, o caos e até mesmo, a islamofobia. No mesmo ano, a Alemanha também foi vítima de um ataque semelhante cometido pelo motorista de um caminhão. Ambos colocam em xeque a efetividade do controle de armas pelo Estado como garantia de segurança pública nos levam a refletir como é possível usufruir de uma cidadania plena, em meio a tanto receio causado por esses fatos e reforçado pela mídia?

### **Procedimentos Metodológicos**

A partir de uma leitura crítica da mídia, este trabalho analisará algumas reportagens jornalísticas difundidas na imprensa sobre os atentados terroristas cometidos em Nice e Berlim no ano de 2016. A escolha das matérias é aleatória e deu preferência para aquelas que detalhavam os eventos e a apuração dos fatos, incluindo a responsabilização e as reações pós-atentado por parte da população.

Segundo Tuzzo (2014) a análise de discurso crítica pretende ser uma desconstrução da linguagem, onde o pesquisador calcado numa perspectiva crítica fará uma releitura e uma reinterpretação dos enunciados visando compreender aspectos conjunturais e não tão evidentes.

Pinto (1999) explana que a leitura atenta dos veículos é importante para que se assimilem as reais intenções da publicação, já que “a caracterização dos personagens públicos, obtida por meio da escolha da foto, recorte, escolha de bordas coloridas, colocação dos textos e legendas com determinadas características tipográficas, é uma constante na mídia” (1999, p.34).



Ao defender o método de análise do discurso, Navarro (2006) traça a relação do saber/discurso/história, onde se parte a ideia da prática discursiva proposta por Foucault (1972) que relaciona a estrutura do discurso com o acontecimento e suas marcas essencialmente históricas e linguísticas. O autor ainda alude sobre os enunciados midiáticos:

A diversidade de temas abordados pela mídia contemporânea disponibiliza ao pesquisador uma constelação de enunciados que recorta o arquivo. São discursos que se inserem em meio a outros tantos já ditos e vão formando uma rede interdiscursiva, constituída de retomadas, réplicas ou deslocamentos de elementos discursivos inseridos numa formação discursiva. (NAVARRO, 2006, p.75)

Toda a análise do discurso crítica realizada neste trabalho não pretendeu esmiuçar as questões jurídicas e sociológicas das imigrações, mas apenas verificar como essas situações, transmitidas pela mídia muitas vezes de modo passional, é capaz de reforçar a sensação de medo e, indiretamente, de incentivar ideologias e opiniões extremistas, como a islamofobia manifestada em protesto ou no apoio a governantes com tais políticas de bloqueio cultural.

### **Nice, 14 de julho de 2016**

Uma matéria publicada pelo site G1, com informações diretas do jornal francês Le Monde, descreve a intifada terrorista que matou 85 pessoas e deixou outras 450 feridas durante uma celebração solene na cidade de Nice, no sul da França. A ação de um motorista, posteriormente identificado como membro do grupo Estado Islâmico, que avança sobre o bloqueio policial de segurança e atropela dezenas de civis que participavam da passeata pela cidade.

Ao contrário das reportagens progressas, divulgadas a respeito de atentados com armas de fogo, neste caso a responsabilização não atinge o porte de armas como convencionalmente os meios de comunicação fazem. Atentados numa boate em Orlando em 2016 e em Paris, no Bataclan, em 2015, levantaram discussões acirradas a partir da mídia e



nas redes sociais sobre a proibição das armas como medida para impedir ataques desta natureza (VEJA, 2016; EL PAIS, 2016).

Aqui, no ataque de Nice o culpado converteu-se em algo distinto afinal não havia o porte de armas entre os elementos. Voltou-se então não apenas ao indivíduo que dirigia o carro, pois este é colocado como instrumento de ação do grupo radical islâmico no qual se inseria. O foco recaiu sobre o islã como um todo.

Nesta reportagem do G1, há frases de líderes de diversos países que se manifestaram dentro desta perspectiva. Um deles, o então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, que em sua fala sugere que algo precisaria ser feito, dando a entender que o ato poderia ter sido evitado. "Mais um ataque horrível, dessa vez em Nice, França. Muitos mortos e feridos. Quando aprenderemos? Isso só está ficando pior. [...]", afirmou.

Outros líderes denotaram a contradita agressão numa festa que comemorava a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A embaixadora da França no Brasil, Laurent Billi, acrescentou que mesmo diante do ataque realizado pelo grupo terrorista em plena celebração nacional do país "a França se orgulha de ser um país aberto ao mundo. Ela se orgulha da diversidade da origem dos seus filhos, que a honram em todos os segmentos da sociedade francesa". Sua fala insinua que essa abertura pode ter sido o fator que possibilitou o atentado, mas que segundo ela, permanece como uma marca francesa de relação internacional.

Ainda na matéria do G1, o Estado Islâmico reivindicou a autoria do ataque num vídeo de 31 minutos carregados de "ódio", segundo o texto desde o dia 21 de maio o porta-voz do grupo "convocou seus seguidores a realizar mais atentados no Ocidente, especialmente na Europa e Estados Unidos, por causa do mês sagrado do Ramadã, que terminou no último dia 5 de julho".

Também no texto, o primeiro-ministro da França, Manuel Valls assevera que "o autor do atentado em Nice sem dúvida tem ligações com o islamismo radical". Ele falou que a França irá ganhar a guerra contra o terrorismo, mas admitiu temer que "novas réplicas aconteçam". Segundo ele, não houve falha de segurança uma vez que "15 planos de atentados foram frustrados nos últimos três anos, incluindo um particularmente importante na primavera". Tal afirmação mostra



que as autoridades francesas estão em constante trabalho devido às "constantes" ameaças feitas pelos grupos radicais islâmicos.

A matéria da BBC (2016) também destaca as mesmas informações, dando detalhes de que o autor do atentado era um tunisiano radicado na França, casado, com filhos e com os pais morando no país. Segundo a reportagem, ele viajava "constantemente" para a Tunísia, mas que isso não despertou desconfiança da polícia secreta francesa. Essa afirmação supõe que qualquer indivíduo que faça viagens frequentes a determinado país de origem muçulmana poderia despertar suspeita na polícia e assim, deveria ser mais investigado. É como se a reportagem procurasse os vestígios comportamentais do assassino que passaram despercebidos ao serviço anti-terrorismo do país, e assim, termina por levantar algo simplório.

O portal Diário de Notícias (2016) ainda acrescenta na repercussão do caso a crise política que se acentua na França mediante o atentado. A matéria descreve as vaias, insultos e pedidos de renúncia deferidos a François Hollande (presidente da França) e a Manuel Valls (primeiro-ministro) ouvidos numa cerimônia de homenagem às vítimas. Há falas de Valls, afirmando compreender o medo e o desespero dos habitantes que acaba por incitar a busca por responsabilizar o governo. Contudo, falas de oponentes políticos desabonam a competência do governo francês em impedir ofensivas terroristas.

Tudo o que deveria ter sido feito nos últimos 18 meses não foi feito. Estamos em guerra, claramente em guerra. Por isso vou usar palavras fortes: somos nós ou eles, afirmou Nicolas Sarkozy, ex-presidente francês, chefe d'Os Republicanos e potencial candidato às presidenciais do próximo ano. Marine Le Pen, líder da Frente Nacional, partido de extrema-direita, também foi direta nas críticas, alegando que a França não tinha feito absolutamente nada para combater o terrorismo islâmico. (DN, 2016)

Ainda nesta matéria uma pesquisa de opinião é divulgada afirmando que apenas 33% da população diz não confiar nas autoridades francesas para impedir ataques terroristas, contra os 50% revelados em novembro de 2015, época dos ataques ao Bataclan, em Paris. No texto, há descrições dos oito meses anteriores ao atentado, relatados por uma testemunha que conviveu com o assassino períodos antes do episódio.





Nestas descrições há apresentações comportamentais que novamente insinuem que as atitudes dele poderiam ter levantado dúvida na polícia e na própria sociedade, entre as tais o fato de "deixar a barba crescer oito dias antes" e de ter tentado contrair um empréstimo, que ao ser recusado o levou a vender seu próprio automóvel para levantar dinheiro com mais rapidez.

### **Berlim, 19 de dezembro de 2016**

De acordo com uma notícia publicada pelo portal El País (2016a), outro caminhão em alta velocidade se jogou deliberadamente contra uma multidão de pessoas num mercado de Berlim, nas vésperas da confraternização natalina, matando inicialmente 12 pessoas e ferindo gravemente outras dezenas. A matéria fala em ataque terrorista e diz que a Alemanha estava em alerta no período após ameaças. No texto há uma sugestão da polícia de que a população "permaneça em casa e evite espalhar rumores".

Outro texto, também do El País (2016b), traz uma confirmação da autoria do atentado como tendo sido assumido pelo Estado Islâmico. Descreve-se uma confusão na prisão do autor do atentado aferindo-se que o verdadeiro responsável ainda estivesse livre.

Uma das falas da chanceler alemã, Angela Merkel pareceu dar como certa a responsabilidade do afegão detido. "Se for confirmada, será muito duro para todos o fato de que o autor tenha pedido proteção e ajuda na Alemanha. Isso seria especialmente repugnante aos que a cada dia se envolvem na ajuda aos refugiados e às muitas pessoas que realmente precisam de nossa proteção e se esforçam por se integrar em nosso país".

Ainda neste texto, um especialista em terrorismo afirma que até aquele momento a Alemanha havia se livrado da fúria dos radicais islâmicos, ao contrário de países como França, Bélgica, Reino Unido e Espanha, mas que agora, após este ocorrido, considera-se que "a Alemanha acaba de viver seu 11 de Setembro e que a partir de agora, o terror faz parte de seu dia a dia".



Enquanto o paradeiro do autor dos atentados na Alemanha ainda era desconhecido, diversos veículos de notícia, entre eles o G1, espalharam em suas reportagens imagens do suspeito e os seguintes dizeres: "Um extremista agora procurado pela Alemanha, Anis Amri tem 24 anos, 1,78m, pode ser violento e tem uma arma nas mãos. Foi assim que a polícia da Alemanha identificou o novo suspeito pelo ataque de segunda-feira (19). A recompensa por quem ajudar na captura é de 100 mil euros, quase 350 mil Reais" (G1, 2016b). Tal afirmação é exacerbadamente perturbadora e reforça a sensação de insegurança.

Este mesmo texto compara o autor do atentado de Berlim com o de Nice, afirmando que ambos além de membros do grupo Estado Islâmico também eram tunisianos, com fortes relações mantidas com o país. No caso do assassino de Berlim, ainda se descreve uma longa e burocrática tentativa de naturalizá-lo, uma quase deportação e por fim, sua liberação pelas autoridades europeias. Uma das frases inquietadoras contidas na matéria é a de que a política de "portas abertas aos refugiados" de Angela Merkel vem sofrendo fortes críticas e oposição entre os alemães, especialmente pelo partido de "extrema-direita" que em condenação às ações fez um protesto em frente ao gabinete da chanceler, que respondeu dizendo que irá acelerar a colocação de câmeras em locais públicos.

Todas estas afirmações reiteram que a aceitação dos imigrantes foi fator causador dessas ações terroristas, o que de modo direto incita uma contrariedade entre os cidadãos do país à recepção de refugiados.

## **Conclusão**

Ao analisar os episódios verifica-se que não se trata somente de ataque e a sua conotação de uma forma inovadora ao ser feita com caminhões e não com bombas, mas, sobretudo a relação de diásporas urbanas e o direito à cidade.

Ao pensar a cidade nos reportamos a Lefebvre (1991) quando o autor afirma que os problemas urbanos não são somente de ordem administrativa, técnicos ou científicos, mas estão diretamente relacionados aos cidadãos, aos quais Lefebvre (1991) atribui o conceito de



objetos, mais do que sujeitos, fruto de relações políticas e econômicas. Em sua obra "O Direito à Cidade", escrita em 1968, Lefebvre destaca que a cidade é, sobretudo, uma obra dos cidadãos que nela habitam e se deslocam.

Sodré (2014, p. 47), em seu texto "Sobre o coração da cidade" apresenta parte do poema de Ferreira Gullar para expressar o mesmo sentimento:

O homem está na cidade/ como uma coisa está em outra/ e a cidade está no homem/ que está em outra cidade./ mas variados são os modos/ como uma coisa/ está em outra coisa/ [...] a cidade está no homem/ quase como a árvore voa/ no pássaro que a deixa/ cada coisa está em outra/ de sua própria maneira/ e de maneira distinta/ de como está em si mesma. (Poema Sujo, Ferreira Gullar)

Voltemos à Lefebvre (1991) para compreender um pouco mais desta relação:

Depois de Nietzsche, os perigos do super-humano apareceram com uma cruel evidência. Por outro lado o "homem novo" que vemos nascer da produção industrial e da racionalidade planificadora como tal nos desapontou em muito. Ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que queria ser obra e não produto. Ou a superação simultânea do velho "animal social" e do homem da cidade antiga, o animal urbano, na direção do homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com "o mundo" (o meio e ele mesmo); ou então o niilismo. Se o homem está morto, para quem vamos construir? Como construir? Pouco importa que a cidade tenha ou não desaparecido, que seja necessário pensá-la de novo, reconstruí-la sobre novos fundamentos ou ultrapassá-la. Pouco importa que o terror impere, que a bomba atômica seja ou não lançada que o planeta Terra explua ou não. O que é que importa? Quem ainda pensa, quem age, quem fala e para quem? Se desaparecem o sentido e a finalidade, se não podemos nem mesmo declará-los mais numa práxis, nada tem importância ou interesse. E se as capacidades do "ser humano", a técnica, a ciência, a imaginação, a arte ou a ausência disso se erigem em poderemos autônomos e se o pensamento mediativo se contenta com esta constatação a ausência de "sujeito", o que replicar? O que fazer? (p. 107, 108)

Assim, pensar a segurança da cidade diz respeito a um combate aos efeitos, mas não à causa. Quando dois homens decidem assumir o controle de caminhões e realizar ataques



pautados em doutrinas religiosas, devemos repensar o homem e não exatamente a segurança da cidade.

Os acontecimentos de Nice e Berlin objetos de estudo neste artigo são só exemplos de uma prática que pode acontecer em qualquer outro lugar, em qualquer outra cidade, porque o problema não está na cidade, mas nas pessoas. Enquanto este artigo era escrito outro ataque com caminhão foi realizado em Estocolmo - Suécia, no dia 7 de abril de 2017, matando 4 pessoas. Ou seja, o novo *modus operandi* dos terroristas é barato e de fácil realização uma vez que não necessita de armas ou explosivos e que dificulta o controle da segurança da cidade.

Nas matérias jornalísticas analisadas neste artigo, boa parte dos franceses afirmou não confiar nas autoridades para sua segurança. Há um descrédito no sistema da cidade que coloca em cheque a sua composição. Atribui-se boa parte dos problemas aos imigrantes, condena-se a parte dos políticos que incentivam o movimento de pessoas e a abertura de fronteiras para a imigração.

Parte dos discursos modernos de candidatos ao poder na Eurora se firma no fechamento das fronteiras, no endurecimento das políticas de imigração, o repúdio às diásporas urbanas como forma de preservação dos cidadãos nascidos no território.

No sistema "jus soli" a nacionalidade e o direito ao território é privilégio dos nascidos naquele local. Ora, se na ideia de Lefebvre (1991) o homem "morto" precisa de cuidados do local que o contaminou e não poderia migrar ou circular livremente para lugares não contaminados. A ideia é de que cada País tome conta dos seus cidadãos, e que de forma civilizada cada pessoa só esteja na casa do vizinho se souber se comportar.

Até que isso aconteça não há como não pensar no direito à cidade acima das pessoas que negam esse direito e se colocam como maiores e melhores do que qualquer outro, fazendo de suas crenças e de seus modos de pensar a sentença de vida ou de morte espetacularizada pela mídia para aterrorizar um número enorme de pessoas. O direito à cidade é acima de tudo o direito daqueles que pensam de forma livre e que aceitam as diferenças e as desigualdades. É o direito do homem vivo!



## Referências

G1. Veículo atinge multidão em queima de fogos do 14 de julho em Nice. Disponível em ><http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/veiculo-atinge-multidao-em-queima-de-fogos-do-14-de-julho-em-nice.html>

GORZEVSKI, Clovis; MARTIN, Nuria Beloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Frias. Editora Moraes, São Paulo. 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORGADO, Isabel Salema. A pressão política sobre os líderes de opinião. In: CORREIA, João Carlos (Org). **Comunicação e Política**. Estudos de Comunicação. Universidade da Beira Interior. 2005.

SODRÉ, Muniz. Sobre o coração da cidade. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniaci (Orgs.). **Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje**. Goiânia: FIC / UFG, 2014. p. 45-55.

TUZZO, Simone Antoniaci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone Antoniaci (Orgs.). **Comunidade, Mídia e Cidade**. Goiânia: UFG/FIC/ 2014.

UOL. **Ataque com caminhão contra feira natalina deixa mortos e feridos**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2016/12/19/ataque-com-caminhao-contr-feira-natalina-em-berlim-deixa-mortos-e-feridos.ht>>.

<http://exame.abril.com.br/mundo/os-20-paises-mais-pacificos-do-mundo-e-os-20-menos/>

<https://www.cartacapital.com.br/internacional/numero-de-atos-contr-muculmanos-triplica-na-franca-em-2015>

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/franca-foi-alvo-de-multiplos-ataques-desde-janeiro-de-2015.html>

<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36802716>



<http://www.dn.pt/mundo/interior/atentado-em-nice-foi-premeditado-confirma-a-investigacao-5292496.html>

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/19/internacional/1482181489\\_020747.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/19/internacional/1482181489_020747.html)

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/20/internacional/1482217316\\_656189.html?rel=mas](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/20/internacional/1482217316_656189.html?rel=mas)

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/policia-da-alemanha-identifica-suspeito-de-atentado-em-berlim.html>